UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Mulheres que abusam sexualmente do gênero masculino:

Um Estudo Exploratório

Bruna Lisboa de Lima e Zimmermann - Matrícula 30867347

Orientador: Professor Marcelo Moreira Neumann

10ºL

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Bruna Lisboa de Lima e Zimmermann

Mulheres que abusam sexualmente do gênero masculino:

Um Estudo Exploratório

Trabalho apresentado como requisito para conclusão do curso de graduação em Psicologia, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Orientador: Professor Marcelo Moreira Neumann.

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Mulheres que abusam sexualmente do gênero masculino:
Um Estudo Exploratório

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO pag.04

2. VIOLÊNCIA SEXUAL pag.06

3. HISTÓRIA DA SEXUALIDADE pag.10

4. REPRESSÃO SEXUAL pag.13

5. AS PARTICULARIDADES DOS GÊNEROS pag.18

6. MÉTODO pag.25

7. ANÁLISE DOS DADOS pag.27

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS pag.43

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS pag.45

ANEXO I - Roteiro de Entrevista pag.47

ANEXO II – Carta de Informação ao Sujeito de Pesquisa pag.48

ANEXO III – Carta de Informação à Instituição pag.49

ANEXO IV - Tabela das Entrevistas pag.50

1. INTRODUÇÃO

Abuso sexual é um tema muito encontrado na literatura, principalmente se tratando de crianças, adolescentes e mulheres, sempre os considerando vítimas, uma vez que se encontram em situação de vulnerabilidade. Porém a violência e o trauma causados pelo abuso podem ser intensos, assim como para as vítimas do gênero feminino, para o gênero masculino. Em alguns casos demonstra-se ainda mais difícil, homens conseguirem superar, uma vez que eles ainda precisam lidar com o estereótipo da masculinidade.

O presente projeto teve como objetivo realizar um estudo sobre mulheres que abusam sexualmente do gênero masculino na cidade de São Paulo e ainda, discutir as diferenças de gênero a partir da questão do abuso sexual, ampliando os estudos nos quais demonstram a mulher como possível autora de um abuso sexual, sob a ótica de profissionais que trabalham com casos de violência sexual.

Baseado nesse fenômeno é de extrema importância discutir a questão do tabu da sexualidade. Foi importante abordar o comportamento social da sexualidade atual, que contribui na construção estereotipada dos gêneros, e que nos deixa a dúvida se vivemos numa forma de opressão ou de liberação sexual, do ponto de vista de autores como Adorno, Foucault, Freud, Marcuse, e Reich.

Este trabalho tem como finalidade contribuir para os estudos sobre o gênero feminino enquanto aquele que abusa sexualmente, e o gênero masculino, na posição daqueles que sofrem o abuso. Sendo de extrema relevância ressaltar aspectos da moral e do tabu sexuais, que parecendo assunto de épocas passadas, está extremamente presente no cenário atual. Este aspecto leva a outra possível contribuição, que acontecerá na busca por desconstruir e ampliar a crença instituída de que mulheres não podem ser também reprodutoras de atos violentos contra o gênero masculino.

O projeto está dividido em quatro assuntos principais; o primeiro deles é a Violência Sexual, no qual se encontram as definições de violência e apontam pesquisas cujos números apontam as mulheres também como possíveis autoras de crimes sexuais e o gênero masculino como vítima dessas situações. O segundo e terceiro assunto, são a História da Sexualidade e a Repressão Sexual, nos quais discutem brevemente o contexto histórico no qual a sexualidade esteve, e ainda está, inserida, e por fim, o último assunto, Particularidades dos Gêneros, que trata um pouco das diferenças de papéis dos gêneros feminino e masculino na sociedade atual.

Posteriormente, há a exposição do método do estudo realizado, seguido pela análise dos dados obtidos, e conclusão da pesquisa.

2. VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência é definida por como uma relação de forças caracterizada num polo pela dominação e no outro pela coisificação. Tomando a liberdade como uma capacidade e um direito fundamental do ser humano, a violência é uma violação desse direito de liberdade, e do direito de ser sujeito constituinte da própria história (CHAUÍ, 1985 apud ARAÚJO, 2002).

Aprofundando-se neste conceito, tem-se a violência de gênero definida como um tipo específico de violência que visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais. A violência de gênero tem duas faces: é produzida no interior das relações de poder, objetivando o controle de quem detém a menor parcela de poder, e revela a impotência de quem a perpetra para exercer a exploração-dominação, pelo não consentimento de quem sofre a violência. A questão de gênero é um fator preponderante na produção da violência social, interpessoal e familiar (SAFFIOTI & Almeida, 1995 apud ARAÚJO, 2002).

De acordo com o Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual - CEARAS/USP apud ARAÚJO (2002), a violência possui algumas modalidades; o abuso sexual está entre elas, no qual se refere ao que vai além do uso ao mau uso: “É qualquer relacionamento interpessoal no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas, implicando em violência psicológica, social e /ou física”. Por abusadores, autores da violência sexual, incluem-se tanto o gênero masculino como o feminino, independente do estágio de maturação psicossocial, apesar de apenas o homem ser visto “socialmente” como sendo o agressor.

São encontrados diversos estudos na literatura a respeito da questão de abusos sexuais. São bastante frequentes pesquisas sobre abusos sexuais de crianças e/ou adolescentes e mulheres, descrevendo o perfil do agressor ou consequências psicológicas das vítimas, realizando classificações quantitativas em diversos Estados, Países etc., porém o assunto referente à violência sexual contra o gênero masculino não é tão vasto, e isso se intensifica na medida em que o abuso é cometido por uma agressora do sexo feminino.

Contraditório a este pensamento generalizado, Castro et. al. (2009) apontam pesquisas na área da saúde mostrando que os homens são, no Brasil, as maiores vítimas da violência, um fato que contribui para desmistificar a questão do gênero e, sobretudo, diante de construções simbólicas que associam a violência com a masculinidade.

Em um estudo feito por Mascarenhas et al. sobre violência contra crianças, realizado na cidade do Rio de Janeiro durante o ano de 2006 e 2007, foram registrados 10.610 atendimentos devido a violências nos serviços de urgência selecionados; dentre elas houve um predomínio de vítimas do sexo masculino. A violência física (42,2%) foi a principal forma de abuso contra as crianças, apresentando maior frequência entre os meninos. Os abusos do tipo psicológico (9,4%) e sexual (3,5%) apresentam as menores proporções, porém foram mais frequentes em vítimas do sexo feminino. Neste estudo, relacionaram a maior ocorrência de agressões entre os meninos, com um dos grandes símbolos de masculinidade no mundo atual, as armas, que materializam o poder de submeter o outro a seus desejos e interesses, poder de vida ou morte, por meio de objetos que são introduzidos desde cedo na vida do menino, na forma de brinquedos, e passam a fazer parte do universo masculino.

Em um outro estudo sobre masculinidade e violência no Brasil, Souza (2004) analisa dados de mortalidade por causas extremas e de morbidade por agressões no Brasil, do período de 1991 a 2000. Verificou-se que ocorreram 1.118.651 mortes por causas externas, das quais 926.616 ou 82% eram homens. Essa sobremortalidade se intensifica na fase da adolescência e início da idade adulta. Dos 15 aos 19 anos morrem 6,3 vezes mais homens que mulheres, dos 20 aos 24 eles morrem 10,1 vezes mais e dos 60 em diante, morrem 2,4 vezes mais. Observa-se que em todas elas, o risco do homem é de 2 a 4 vezes maior que o da mulher. Verificou-se também, uma diferença significativa no que diz respeito à violência contra o gênero masculino, que ocorre mais em locais públicos e por pessoas desconhecidas, enquanto que contra o gênero feminino, são geralmente, em espaços privados e por conhecidos. A partir desse estudo, concluiu-se que há necessidade de realizar uma profunda reflexão sobre os valores, as formas de socialização e a construção das identidades masculina e feminina nas sociedades atuais.

Outra fonte que comprova que os sujeitos do gênero masculino também podem estar no papel de vítima diz respeito a uma pesquisa realizada por Crochik e Fernandes (2011) sobre violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo, no qual se levantou dados sobre a frequência de boletins de ocorrências relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes, por sexo (tabela 1) e a frequência e porcentagem de atendimento no Hospital Pérola Byington, no período de 2006 a 2010 (até junho inclusive), por ano e por sexo (tabela 2), que seguem:

- Tabela 1: Frequência de Boletins de Ocorrências relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes, por sexo.

Categorias	Feminino	Masculino	Sem reg.	Total
Assédio sexual	47	1	0	48
Atentado ao pudor	3079	1120	192	4391
Ato obsceno	311	53	16	380
Prostituição	30	6	3	39
Corrupção de menores	18	5	0	23
Estupro	3448	432	157	4037
Tentativa de estupro	282	8	6	296
Importunação ofensiva ao pudor	559	79	25	663
Rapto	38	1	0	39
Satisfação de lascívia	34	13	1	48
Total	7846	1718	400	9964

Fonte: INFOCRIM-SSP

- Tabela 2: Frequência e porcentagem de atendimento no Hospital Pérola Byington, no período de 2006 a 2010 (até junho inclusive), por ano e por sexo.

Sexo	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Feminino	1725	1692	2024	2339	1068	8848
Masculino	195	234	306	384	199	1318
Total	1920	1926	2330	2723	1267	10166

De acordo com a tabela 1, pode-se observar que as modalidades de violência sexual do gênero masculino com maior número de boletins de ocorrência são: atentado ao pudor, estupro e importunação ofensiva ao pudor, coincidentemente, como os do gênero feminino. Chama a atenção que, com as vítimas do gênero masculino, para assédio sexual e rapto há apenas um boletim de ocorrência de cada, além de serem baixos os números de boletins de corrupção de menores, prostituição e tentativa de estupro.

Já a partir da tabela 2, verifica-se que a frequência e porcentagem de atendimento do sexo masculino no Hospital Pérola Byington é inferior ao feminino, porém com 1318, de um total de 10166 casos em cinco anos, mostrando-se quantitativamente e qualitativamente a relevância do cuidado com o tema de abuso sexual contra o gênero masculino.

As vítimas do abuso, independente do sexo, sofrem a vergonha e o estigma do abuso, levando a consequências como isolamento, medo, silêncio etc. Porém um estudo da Universidade de Massachusetts mostrou que homens e mulheres violentados sofrem os traumas da violência sexual, mas que os homens ainda têm de lidar com outro problema: o estereótipo sobre sua masculinidade. A pesquisa revelou que nos EUA, um em cada seis homens e uma em cada quatro mulheres sofreram algum tipo de abuso sexual antes de completar 16 anos, e Elizabeth Saweyc, da University of British Columbia conta que na história, sempre colocaram os homens no comando da sexualidade, e quando acontece um abuso, esta posição definida socialmente, é rompida. Não é apenas a violação dos limites e da autonomia pessoal, não apenas o direito de privacidade do garoto que está em jogo, ela afirma que o ato também contradiz seu senso de masculinidade, o que pode acabar levando ao fato de que há menores chances de se juntar evidências, já que poucos são denunciados. Ela diz que quando o abuso é cometido por uma mulher, o trauma para o garoto é tão grande quanto se houvesse sido abusado por um homem, porém a sociedade não coloca dessa maneira.

3. HISTÓRIA DA SEXUALIDADE

A discussão sobre violência sexual vai além, pois implica na reflexão sobre a própria repressão sexual, que apesar de parecer um tema de épocas passadas, diz respeito ao momento atual.

> *"Por que o sexo é assim tão secreto? Que força é essa que, durante tanto tempo, o reduziu a silêncio e mal acaba de ceder, permitindo-nos talvez questioná-lo, mas sempre a partir e através de sua repressão?"(Foucault- pag. 89).*

Foucault (1988), em "A História da Sexualidade I", faz do sexo um objeto constituído pela história e gerado pelo dispositivo da sexualidade, se preocupando em analisar a questão da sexualidade no âmbito do discurso científico, abordando-a de uma maneira nunca pensada até aquele momento. Ele afirmou que durante séculos, nas sociedades ocidentais, o sexo estava ligado à busca pela verdade, sobretudo a partir do cristianismo. A confissão (o exame da consciência) foi o modo de colocar a sexualidade no centro da existência, de maneira que fosse possível vigiar, confessar e transformar em discurso. Era obrigação dizer a todos, o mais frequentemente possível, tudo o que possa se relacionar com o jogo dos prazeres, sensações e pensamentos que, através da alma e do corpo tivessem alguma afinidade com o sexo. Era permitido se falar em sexualidade, porém apenas para proibi-la. O esclarecimento da sexualidade se deu nos discursos e na realidade das instituições e das práticas. O século XVII seria então, o início dessa época de repressão, no qual a política do sexo era a regulação deste por meio de discursos úteis e públicos, e não pelo rigor de uma proibição, porém sem deixar o foco central, o controle de sua prática.

Baseando a vivência numa sociedade que produz discursos tidos como verdades, e dessa produção resultar a formação de poderes específicos, Foucault (1988) afirma que essas verdades produzidas em relação à sexualidade se tornaram um problema no Ocidente, pois levaram à repressão sexual. Segundo ele, o capitalismo não tem a finalidade de privar a sexualidade, mas não pode se desenvolver sem privá-la, pois é incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época que se explora sistematicamente a força de trabalho. É necessário apreender os mecanismos positivos que, ao produzir a sexualidade de determinada maneira, levam a efeitos repressivos e de miséria, como por exemplo, a exagerada importância dada à masturbação infantil a partir do século XVIII, perseguida como uma epidemia terrível.

A ideia de que a miséria sexual provém da repressão e que, para ser feliz, temos que liberar nossa sexualidade, advém dos médicos, dos sexólogos ou de outros detentores do saber. Eles falam que revelar os segredos que oprimem o indivíduo é a solução das frustrações sexuais em busca da libertação. Tal discurso é, segundo Foucault (1988), um instrumento de controle e de poder, pois sustenta a ideia de que é suficiente, para ser feliz, ultrapassar o discurso e eliminar algumas proibições. Por isso, considera que esse discurso acaba por depreciar e esquadrinhar os movimentos de revolta e libertação.

Foucault também afirma que em torno de 1870, os psiquiatras passaram a considerar a sexualidade como objeto de análise médica, ponto de partida para a introjeção de novas intervenções e controles. Os homossexuais passaram, assim, a ser percebidos como loucos ou doentes do instinto sexual, que antes eram considerados libertinos ou delinquentes. O mesmo acontece com as demais minorias: a mulher, o negro etc. Os mesmos mecanismos levam à patologização da mulher ao considerar seu sexo frágil, uma quase doente. Os movimentos feministas aceitam o desafio ao assumirem sua singularidade e suas consequências, e reinventam seu próprio tipo de existência partindo dessa sexualidade que as aprisionam para se direcionarem a novos pensamentos.

Nesta perspectiva, a estratégia que produziu a patologização do homossexual, produziu também a da mulher, da criança e de outras minorias. Parece considerá-los como uma forma homogênea, embrionária, que tomarão forma somente quando se constituírem como discurso e ocuparem para exercer o poder. Nesta visão, o mecanismo que origina a opressão é o mesmo que gera a libertação; parte-se sempre do mesmo dispositivo ou estratégia para inovarem um discurso e o exercício do poder. Este poderá ser opressor sobre uma minoria ou, ao contrário, libertador desta (FOUCAULT, 1988).

A civilização implica regras sociais sem as quais se instala a barbárie, e a regulamentação sexual é portanto, essencial à organização da sociedade. Contudo, a sexualidade não é aquilo que o poder tem medo, mas aquilo que se usa para seu exercício. A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Há sempre a possibilidade de modificar uma dominação sob determinadas condições e conforme uma estratégia adequada (FOUCAULT, 1988).

Com a criação do elemento imaginário que é o sexo, o dispositivo de sexualidade suscitou um de seus princípios internos de funcionamento mais essenciais: o desejo do sexo, desejo em tê-lo, de aceder a ele, de descobri-lo, liberá-lo, articulá-lo, formulá-lo em verdade, constituindo o sexo

como desejável. Porém, para Foucault (1988), a sexualidade humana apenas pode ser livre quando regulamentada em função do atendimento das próprias necessidades humanas, e não como consequência de estratégias que objetivam o exercício do poder.

4. REPRESSÃO SEXUAL

De acordo com o texto "Los tabus sexuales y el derecho hoy" de Adorno (1969), a liberdade sexual não passa de pura aparência. Ele afirma que ao mesmo tempo em que os tabus sexuais não desapareceram, o sexo demonstra estar dessexualizado, isto é, diz respeito apenas ao encontro genital e a reprodução. Em linhas gerais, o sexo alcançou uma forma nova e mais profunda de repressão com toda força de destruição.

> *"É elemento fundamental da moral sexual que o ato sexual não seja um ato de prazer e necessidade, independente da procriação; deixando a felicidade da mulher com o ato sexual apenas quando este se liga a perspectiva de se tornar mãe" (REICH, 1982).*

Porém os tabus sexuais não permitem que os sujeitos percebam sua existência, o que os fortalecem todavia mais no inconsciente, amparados por poderes institucionais, seja do Estado, religião ou da família. Aquele que vai contra a moral imposta, está definitivamente estigmatizado por toda a sua vida, podendo vir até a serem presos e/ou mortos (ADORNO, 1969).

O conceito de dessexualização a que Adorno (1969) se refere deve ser entendido como a redução da sexualidade para o sexo genital, que se converte em um forte aliado dos tabus existentes, amedrontando e suprimindo o instinto sexual.

Freud (1908), em seu texto "Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna", explica esse processo de repressão, dizendo ser nociva à vida sexual dos povos. Ele explica que nossa civilização repousa, de modo geral, sobre a supressão dos instintos, que progressivamente têm aumentado junto com sua evolução. A natureza desses complexos reprimidos possui conteúdo sexual, derivam das necessidades sexuais de indivíduos insatisfeitos, representando uma espécie de satisfação substitutiva. Porém, aquele que em consequência de sua constituição não consegue concordar com a supressão do instinto, torna-se um "criminoso" diante da sociedade (FREUD, 1908).

Marcuse (1981) também acredita nessa importância da gratificação dos impulsos sexuais, e assim, afirma que a submissão dos impulsos parciais do sexo foram substituídos pela genitalidade e

a função procriadora. Com isso, a sexualidade acaba não tendo escoamento totalmente livre, a completa gratificação, o que leva a uma natureza alterada.

Essa tarefa de dominar um instinto tão poderoso quanto o instinto sexual, por outro meio que não a sua satisfação, consome todas as forças do indivíduo. A satisfação sexual é a melhor proteção contra a ameaça que as disposições inatas anormais ou os distúrbios do desenvolvimento constituem para uma vida sexual normal. Por isso, o incremento de doenças em nossa sociedade provém da intensificação das restrições sexuais. A relação entre a quantidade de sublimação possível e a quantidade de atividade sexual necessária varia muito de indivíduo para indivíduo (FREUD, 1908).

Conforme Adorno (1969), a repressão deve ser cruel e provocar medo, para que possa surtir efeito, convencer e controlar os demais, fazendo com que os indivíduos se sintam exigidos e ameaçados a todo o momento.

> *"Apesar da não visibilidade atual dos infortúnios, a pressão social continua se impondo" (ADORNO, 1995).*

Reich (1982) em seu livro "A Revolução Sexual", explica que a capacidade de satisfação sexual se encontra fortemente reduzida, se não destruída, um pensamento semelhante às ideias já apresentadas dos autores anteriores. Reich acredita que as neuroses sexuais derivam da falta de gratificação da sexualidade natural, e no lugar dessa satisfação genital natural entraram modalidades não genitais, imaginações sadistas do ato, fantasias de violentação etc.

Reich (1982) fica convencido de que cada doente traz em si, sob condições da supressão neurótica sexual, um conflito insolúvel entre o impulso e moral. Nesse conflito entre impulso e moral ("eu" e "mundo exterior"), o organismo psíquico fica obrigado a armar-se tanto contra o impulso quanto contra o mundo exterior, se tornando "frio", que é a base mais importante do isolamento de tantas pessoas em meio à vida coletiva. Apenas quando as necessidades genitais naturais ou despertam para nova vida ou são estabelecidas pela primeira vez, é que se eliminam as inibições e temores genitais, se criando para o doente a capacidade para a satisfação orgástica completa, ou em outras palavras, suas energias vegetativas dos liames da armadura psíquica ficam, finalmente, libertadas.

As pessoas que adquirem a capacidade de satisfação orgástica se tornam muito mais capazes de relações monogâmicas, no entanto, seu comportamento monogâmico não se baseia na inibição

de impulsos poligâmicos ou em considerações morais, mas no principio sexual-econômico de experimentar o verdadeiro prazer e satisfação sexual sempre de novo com o mesmo parceiro. Na ausência do parceiro adequado, a capacidade para a monogamia se transforma em oposto na procura irrefreável de um parceiro. Quando o parceiro adequado é encontrado, o comportamento monogâmico se reestabelece e se conserva enquanto perduram a harmonia e satisfação sexuais. Pensamentos e desejos por outros parceiros ou não aparecem ou não são postos em ação, em virtude do interesse no parceiro oficial (REICH, 1982).

Segundo Marcuse (1981), a manutenção da dominação sobre a sexualidade está sendo efetuada pelas instituições que buscam obter total controle moral do indivíduo. Tanto o Estado, como a religião, e a família, são seus representantes. Considerando os pais como primeira instituição social da criança, são os primeiros a reprimirem os sujeitos, até podendo-se utilizar do medo para obter o controle da sexualidade, assim como outras instituições o fazem.

Uma organização repressiva dos instintos é subjacente a todas as formas históricas do princípio de realidade da civilização; refletindo na dominação do homem e da natureza por ser resultante de várias formas históricas do princípio da realidade. Nas sociedades em que os membros trabalham pela vida, a dominação requer modos de repressão diferentes daqueles de uma sociedade em que o trabalho é o terreno exclusivo de determinado grupo. A repressão varia de acordo com o modo de produção, voltando-se para o consumo individual ou para o lucro. O próprio conteúdo do princípio de realidade é afetado por essas diferenças, pois deve se vincular ao sistema de instituições e relações sociais, leis e valores que transmitem e controlam as modificações dos instintos (MARCUSE, 1981).

Reich (1982) explica que as neuroses sexuais derivam da falta de gratificação da sexualidade natural, que se torna insatisfeita e, como consequência, cria neuroses devidas à sua supressão pelo Estado autoritário, caracterizado como capitalista e baseado na unidade da família patriarcal, na qual cada pai representa a autoridade absoluta, tal como o Estado.

Para suprimir de seus cidadãos a sexualidade natural, o Estado autoritário faz uso do conservadorismo e do moralismo anti-sexual com ferramentas como: a ideologia do casamento monogâmico e vitalício (casamento compulsório); a supressão da sexualidade infantil (tida como

causa primária de desejos sexuais anormais e perversões); falta de educação sexual honesta e liberdade sexual entre os adolescentes; a perseguição daquilo que venha a ser considerado anormal, como a homossexualidade; a ilegalidade do aborto; e, a falta de causas válidas para o divórcio. Estes vários fenômenos fazem com que os cidadãos, além de reprimirem seus desejos naturais, criem novos, neuróticos e doentios desejos sexuais (REICH, 1982).

O objetivo do Estado autoritário é preservar sua estrutura econômica através da continuidade da família patriarcal como sua unidade social primária. Segundo Reich (1982), a família é essencial à estrutura econômica do capitalismo, pois ela beneficia o capitalista assim como o preserva até a geração seguinte. O capitalista tira proveito da unidade econômica da família por causa da dominação econômica do marido sobre a esposa, que é dependente daquele e trabalha em casa sem salário. Isto permite ao empregador do marido lhe pagar um salário menor, pois o empregador não precisa levar em conta o custo que o marido teria para pagar alguém para o trabalho doméstico ou para cuidar dos filhos. Esta falta de salário extra para o trabalho feminino tradicional e educação das crianças encoraja a mulher a ser econômica, ao passo que permite ao empregador ter mais capital para si próprio. O marido também tira proveito, pois ele tem em casa o poder e autoridade que não necessariamente, tem no trabalho (REICH, 1982).

Reich faz uma crítica à teoria Freudiana, no que diz respeito ao ponto de vista cultural filosófico de que a cultura deve seu aparecimento à repressão impulsional, mantendo a ideia básica de que as conquistas culturais são sucessos de energia sexual sublimada, dado que a repressão sexual constitui fator indispensável de qualquer formação de cultura. Reich (1982) concorda quando se diz que a repressão sexual constitui a base da psicologia das massas de determinada cultura, porém afirma que essa concepção não é de todo exata, uma vez que não existem culturas sem repressão sexual e com vida sexual completamente livre. A inibição dos impulsos resulta não apenas na adaptação social, mas também numa série de distúrbios mentais quando as intenções são fixadas inconscientemente; a criança tem que reprimir seus impulsos para se tornar culturalmente capaz; pelo outro lado, ela troca, na maioria dos casos, uma satisfação dos impulsos por uma neurose (REICH, 1982).

A fim de adaptar o individuo as suas condições de existência, é necessário eliminar as suas repressões, libertar os impulsos; essa é a pressuposição da cura, e não a cura propriamente dita. Um

criminoso passional apenas pode se livrar de seus impulsos patológicos se encontrar um meio de normalizar biologicamente a sua vida sexual. A economia sexual ensina que a vida sexual impulsiva inconsciente do homem de hoje é um produto da regulamentação moral e somente com ela poderá desaparecer. Há uma necessidade de regulamentação moral; pois caso se "abolisse a moral", os "impulsos animais" inundariam tudo, levando ao caos da sociedade. A regra para a sociedade ser enfim livre é a regulamentação moral para os impulsos secundários (antissociais/patológicos); e, autocontrole para as necessidades biológicas naturais (impulsos sexuais "normais" do desenvolvimento). O alvo de uma revolução cultural seria então, o estabelecimento de pessoas com uma estrutura que as faça capazes de autocontrole (REICH, 1982).

Em "Educação após Auschwitz", Adorno (1995) cita uma possível claustrofobia das pessoas no mundo controlado, um sentimento de encontrar-se enclausurado numa situação cada vez mais socializada, como uma rede densamente interconectada. Quanto mais densa é a rede, mais se procura escapar, ao mesmo tempo em que precisamente a sua densidade impede a saída. Isto aumenta a raiva contra a civilização, que se torna alvo de uma rebelião violenta e irracional.

A ideia de que virilidade consiste num grau máximo da capacidade de suportar dor de há muito se converteu em fachada de um masoquismo que se identifica com muita facilidade ao sadismo. O elogiado objetivo de "ser duro" de uma tal educação significa indiferença contra a dor em geral. No que nem se diferencia tanto a dor do outro e a dor de si próprio. Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vigiando-se da dor cujas manifestações precisou ocultar e reprimir. De acordo com Adorno (1995), a educação precisa levar a sério o que já de há muito é do conhecimento da filosofia: que o medo, também, não deve ser reprimido. Quando o medo não é reprimido, quando nos permitimos ter realmente tanto medo quanto esta realidade exige, então justamente por essa via desaparecerá provavelmente grande parte dos efeitos deletérios do medo inconsciente e reprimido.

5. AS PARTICULARIDADES DOS GÊNEROS

A identificação prévia de quem pode ser vítima de violência por uma vulnerabilidade é uma construção social que acabou por se naturalizar em muitas análises sobre a violência contra as mulheres, diante de relações de poder destacadas como domínio masculino. Esta condição pode resultar em dificuldades de concepção e assimilação da ideia do homem como vítima de um ato violento ou ocupando um lugar submetido numa relação violenta. Nessa configuração de gênero, que identifica na masculinidade um lugar absoluto, consubstanciado em poder e controle, não há espaço para o reconhecimento, no homem, da vulnerabilidade presente no humano (CASTRO et. al., 2009).

O masculino e o feminino se constroem relacionalmente e, de forma simultânea. A divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo, seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado) etc., que, para alguns, correspondem a movimentos do corpo. Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente (BOURDIEU, 2005).

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e principalmente, da divisão social do trabalho. A definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças. Apela-se para oposições tradicionais entre o interior e o exterior, a sensibilidade e a razão, a passividade e a atividade (BOURDIEU, 2005).

O próprio ato sexual é pensado em função do princípio do primado da masculinidade; do homem desejante que diz sobre a mulher estar “pegando fogo” (passivamente), e da capacidade dos homens em “apagar o fogo”, numa postura mais ativa. Resulta daí a posição sexual considerada normal que é, logicamente, aquela em que o homem fica por cima. A posição amorosa na qual a mulher se põe por sobre o homem é também explicitamente condenada em inúmeras civilizações. Em cima ou embaixo, ativo ou passivo, essas alternativas paralelas descrevem o ato sexual como

uma relação de dominação. De modo geral, possuir sexualmente é dominar no sentido de submeter a seu poder, mas significa também enganar, abusar ou "possuir" (ao passo que resistir à sedução é não se deixar enganar, não se deixar "possuir") (BOURDIEU, 2005).

O ato sexual em si é concebido pelos homens como uma forma de dominação, de apropriação, de "posse". Daí a distância entre as expectativas prováveis dos homens e das mulheres em matéria de sexualidade, e os mal-entendidos que deles resultam. As mulheres estão socialmente preparadas para viver a sexualidade como uma experiência íntima e fortemente carregada de afetividade, que não inclui necessariamente a penetração, mas que pode incluir um amplo leque de atividade como falar, tocar, acariciar, abraçar etc., enquanto que os rapazes tendem a "compartilhar" a sexualidade, concebida como um ato agressivo, e, sobretudo físico, de conquista orientada para a penetração e o orgasmo (BOURDIEU, 2005).

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está constituída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo, isto é, o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada (BOURDIEU, 2005).

Sob o ponto de vista de que a posse homossexual é tida como uma manifestação de "potência" e um ato de dominação, a pior humilhação para um homem, consiste em ser transformado em mulher. A humilhação sexual diz respeito a deboches a respeito de sua virilidade, acusações de homossexualidade ou, simplesmente, a necessidade de se conduzir com eles como se fossem mulheres, fazendo descobrir o que significa o fato de estar sem cessar consciente de seu corpo, de estar sempre exposto à humilhação ou ao ridículo (BOURDIEU, 2005).

As regularidades da ordem física e da ordem social impõem as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres lhes assinalando lugares inferiores, enquanto os homens tiram partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar na base das diferenças sociais, desde a criação e desenvolvimento da menina e do menino. No menino, o trabalho de virilização prossegue por ocasião da introdução no mundo dos homens, do ponto de honra e das lutas simbólicas, que é a primeira entrada no mercado. Já as mulheres, são definidas apenas por faltas, suas virtudes mesmas só podem afirmar em uma dupla negação, como vício negado ou superado, ou como mal menor. Todo o trabalho de socialização tende a impor-lhes

limites, todos eles referentes ao corpo, definido para tal como sagrado. A moral do feminino se impõe, sobretudo, através de uma disciplina incessante (BOURDIEU, 2005).

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem progressivamente em duas classes, sob a forma de opostos complementares, com princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino (são papéis opostos). Simbolicamente voltadas à resignação e à discrição, as mulheres só podem exercer algum poder voltando contra o forte sua própria força, ou aceitando se apagar, ou pelo menos, negar o poder que elas só podem exercer por procuração (BOURDIEU, 2005).

As próprias estratégias simbólicas que as mulheres usam contra os homens continuam dominadas, pois o conjunto de símbolos e agentes míticos que elas põem em ação, ou os fins que elas buscam têm o princípio em uma visão androcêntrica em nome da qual elas são dominadas. Insuficientes para subverter realmente a relação de dominação, tais estratégias acabam gerando igualmente ocasiões de transgressão. É o caso, sobretudo, de todas as formas de violência não declaradas, quase invisíveis às vezes, que as mulheres opõem à violência física ou simbólica exercida sobre elas pelos homens, e que vão da magia, da astúcia, da mentira ou da passividade ao amor possessivo dos possessos, como o da mãe mediterrânea ou da esposa maternal, que vitimiza e culpabiliza, se vitimizando e oferecendo a infinitude de sua devoção e se seu sofrimento mudo em doação sem contrapartida possível, ou tornada dívida sem resgate. Em consequência disso, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito (BOURDIEU, 2005).

A divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital. Se as mulheres, submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, negá-las, fazem a aprendizagem das virtudes negativas da abnegação, de resignação e do silêncio, os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, de representação dominante. Ser homem implica um “dever ser”, que faz do privilégio masculino ser também uma cilada, pois há extrema tensão e contensão que impõe a todo o homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade. Esta é entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, e também como aptidão ao combate e ao exercício da violência, mas é sobretudo, uma carga ao homem (BOURDIEU, 2005).

Em oposição, a mulher, cuja honra essencialmente negativa só pode ser defendida ou perdida, sua virtude sendo sucessivamente a virgindade e a fidelidade, o homem "verdadeiramente homem" é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública (BOURDIEU, 2005).

Como a honra ou a vergonha, a virilidade dos homens têm de ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de "verdadeiros homens". Consequentemente, a vontade de dominação, de exploração ou de opressão baseou-se no medo "viril" de ser excluído do mundo dos homens sem fraquezas, dos que são por vezes chamados de "duros" porque são duros para com o próprio sofrimento e, sobretudo, para com o sofrimento dos outros. A virilidade é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente dentro de si (BOURDIEU, 2005).

Em contrapartida com a figura do homem, a mulher (chamada "honesta") teria seu estereótipo pautado na maternidade e na fidelidade, recato e virgindade, com uma sexualidade condizente com a sua idade e estado civil. Corresponde dizer que a mulher honesta representa o polo oposto da prostituta (SILVA, 1983 apud MARTINS, 2009). Deve-se considerar, ainda, que neste discurso a mulher moralmente irrepreensível também era considerada inferior ao homem, possuidora de uma passividade e dependência em relação a ele. Uma das razões dessa passividade foi relacionada à imobilidade do óvulo em contraposição com a atividade do espermatozoide e, por consequência, do homem, apontando uma maior tendência criminosa do homem que da mulher (SOARES, 1986 apud MARTINS, 2009). Desta forma, a mulher criminosa foi considerada um monstro a partir de sua dupla exceção: cometer um crime e ter uma tendência criminosa menor do que o homem (VENERA, 2003 apud MARTINS, 2009).

Resultados considerados significativos foram identificados quando comparados estudos de mulheres criminosas aos de homens médios, sendo identificada uma aproximação biológica entre eles visto que estas mulheres apresentavam certa virilidade (LOMBROSO, 2001[1876] apud MARTINS, 2009). Esta virilidade foi relacionada com mulheres criminosas no geral, não sendo específica em casos de condenação por lesbianismo. Assim, para além da figura da prostituta, emergiu neste momento a figura da criminosa masculinizada, visto que a "frágil donzela" não ofereceria perigo à sociedade. Na ruptura do estereótipo de feminilidade, a criminalidade feminina

foi somada ao uso da agressão, colocando a mulher criminosa como semelhante ao homem em casos em que a lesão corporal seria decorrência ou objetivo do comportamento delituoso. Os estereótipos femininos relacionados à violência não são autorizados socialmente como os masculinos o são; em contrapartida, criou-se um estereótipo feminino de fragilidade física e impossibilidade de uso da agressão (VENERA, 2003 apud MARTINS, 2009).

É importante ressaltar que, na transposição do tempo, estas figuras femininas da criminalidade apresentadas por estes discursos criminológicos persistiram. O código penal brasileiro de 1940 ainda apresenta o ideal de mulher honesta e a criminalidade decorrente de ações contrárias às delas esperadas. Da mesma forma, a figura da criminosa masculinizada permanece viva no imaginário popular e de alguns magistrados (MARTINS, 2009).

A prostituição encontra-se historicamente relacionada a uma ideia de desonestidade e ameaça à família (VENERA, 2003 apud MARTINS, 2009) e por isso a afirmativa de que a prostituta seria o equivalente ao homem criminoso por residir em seus comportamentos uma periculosidade maior do que nos outros crimes considerados tipicamente femininos, como o aborto e o infanticídio (ZAFFARONI, 2005 apud MARTINS, 2009).

Além das figuras estereotipadas das criminosas natas identificadas como masculinizadas, prostitutas, emergiu também a figura da mulher vítima. A figura dela que, embora cometa crimes, é vítima, apresenta-se tanto nas alegações dos advogados de defesa quanto nos próprios códigos que apresentam atenuantes fisiológicos e psicológicos para seus delitos. Desta forma, Pieper (1992) e Venera (2003) apud Martins (2009) afirmam, a partir de suas pesquisas, que na maioria dos casos, independente do crime de infanticídio, de lesão corporal ou homicídio por legítima defesa, furtos, tráfico de entorpecentes, receptação ou estelionato, as mulheres seriam investidas de vitimização e ingenuidade típicas do estereótipo feminino no qual desempenham, frequentemente, o papel de cúmplice do homem.

Para além da figura da criminosa-vítima, o código penal brasileiro apresenta uma figura feminina vítima de crimes e que precisa de proteção. Principalmente no que diz respeito aos crimes cometidos contra a sua sexualidade, como o abuso sexual, a sedução e o rapto, porém sempre enaltecendo a mulher honesta como vítima, representando um código protetor da sexualidade feminina e repressor daquele que não o respeita, no caso, o homem (CAMPOS, 1998; SILVA, 1983 apud MARTINS, 2009). Esta proteção não tem a ver com um cuidado a vítimas de violência constante, mas a uma sexualidade feminina normatizada, institucionalizada antes mesmo das leis

pelo modelo familiar burguês que coloca o direito como protetor apenas daquela figura esperada e determinada pela sociedade, sendo considerado o crime sempre em função da postura da mulher atacada. Esta moral diz respeito aos hábitos da vida sexual aprovados e disciplinados pela sociedade, cabendo à mulher uma relação entre a passividade feminina e a atividade masculina, restando a ela a liberdade de não aceitar o ato e ao homem de não fazê-lo, impondo à mulher uma liberdade dependente do homem (SILVA, 1983 apud MARTINS, 2009). A figura da mulher vítima, identificada tanto na criminologia quanto no direito penal, nada tem a ver com a preocupação do Estado para com os seus direitos, mas com o controle deste corpo e desta subjetividade. Protegendo, desta forma, a sociedade ao impor a postura de mulher honesta, protegendo direitos sucessórios da família ao limitar sua sexualidade, preservando a moral e costumes para além da segurança da mulher.

O mito de que a mulher não comete delitos não é relacionado a questões biológicas que a diferem do homem, mas a sua repressão diferenciada no tempo e espaço, por códigos que se preocupam em neutralizar aquela que colocaria em risco a instituição da família para além da segurança pública (MARTINS, 2009).

> *Pode haver menos mulheres agressoras sexuais que agressores, mas seria um sério engano pensar que elas não existem ou subestimar o dano que causam. Não importa o tipo de agressão sexual, as mulheres agressoras são capazes da mesma severidade no abuso sexual que os homens agressores; nem a falta de um pênis as impede de penetrar uma criança (SALTER, 2009).*

Aproximadamente 20% a 25% dos abusos sexuais em crianças são perpetrados por mulheres. Crenças culturais que mostram as mulheres como pessoas guardiãs e cuidadoras de crianças tornam mais difícil para as pessoas aceitarem que elas possam vir a ser violentas e agressivas. As crianças abaixo de cinco anos são as que mais correm risco de serem atacadas por mulheres. Normalmente isso ocorre em locais onde se cuida de crianças ou quando uma babá toma conta delas. Esse abuso é em grande parte não detectado por causa da pouca idade da criança e pelo fato de algumas atividades sexuais serem conduzidas em torno de práticas de higiene comuns (SANDERSON, 2005).

Considerações podem ser feitas referentes a relações incestuosas entre mães e filhos; o quase ilimitado acesso delas ao corpo deles pode mascarar uma relação desse tipo, o que sugere mais um indício de por que motivo é tão pequeno o número de mulheres que aparecem caracterizadas nos estudos como abusadoras. (GOBBETTI, 2010).

Em seu mestrado sobre Incesto e Saúde Mental: Uma compreensão psicanalítica sobre a dinâmica das famílias incestuosas, Gobbetti (2000) mostra dados da distribuição das "vítimas" de abuso sexual, no qual 83,54% delas são do gênero feminino, em contrapartida, mostra a distribuição das pessoas denunciadas, no qual 2,73% são também do gênero feminino. Sendo alto o número de pesquisas que exploram a questão de indivíduos que foram vítimas de abuso sexual se tornarem, na adolescência ou na vida adulta, perpetradores desse tipo de abuso; como explicar essa divergência de dados se a maioria dos abusadores são homens e a maioria das vítimas são meninas? (GOBBETTI, 2010).

Gráfico 6 - DISTRIBUIÇÃO DAS "VÍTIMAS" DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR POR SEXO

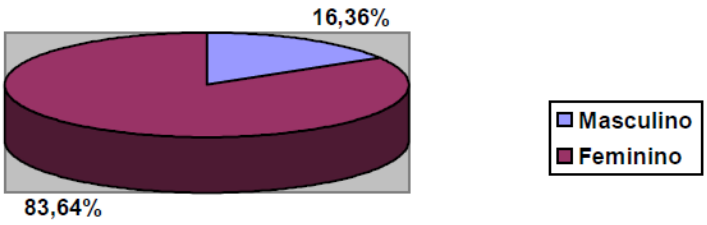
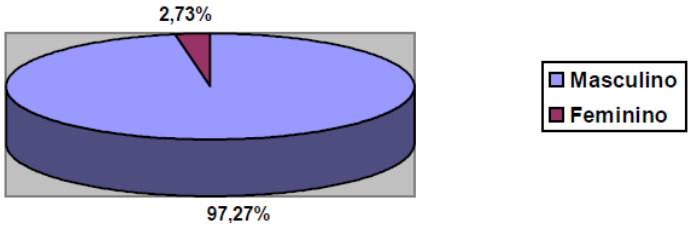


Gráfico 7 - DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS DENUNCIADAS QUANTO AO SEXO



6. MÉTODO

A partir do relato de profissionais, foi feita uma coleta de informações, de experiências e reflexões que se entrelaçaram com a teoria, abrindo-se assim, possibilidades para estudos e novas descobertas.

Foram entrevistados profissionais, tanto da área de direito como da psicologia e áreas afins, que atuam em instituições como o Conselho Tutelar, a Vara da Infância, o Hospital Pérola Byington e Serviços de Atendimento às Vítimas de Abuso e Exploração Sexual da Cidade de São Paulo (Sedes, Rede Criança, Quixote, Brasil Gigante, Herdeiros do Futuro, CEARAS). A escolha dessas instituições deu-se para obter uma variedade de relatos em relação aos casos experienciados.

Os participantes e as instituições não são identificados, mantendo a garantia do sigilo em relação às informações fornecidas para a pesquisa. Os encontros foram realizados em locais convenientes aos colaboradores e não foram utilizadas as dependências da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Com o consentimento de alguns dos participantes, foram realizadas entrevistas audiogravadas. Eles podem ter acesso à pesquisa desde que solicitada, sendo esta enviada por via eletrônica.

O instrumento utilizado foi um roteiro temático de entrevista (ANEXO I) para facilitar a melhor dinâmica na abordagem do tema.

Após a aprovação da Comissão de Ética do CCBS- UPM, foram localizados os colaboradores e as instituições. Houve um contato telefônico para que a pesquisa e seus procedimentos fossem explicados. Sendo estes aceitos, foram marcados os encontros em locais convenientes para cada colaborador, onde foram apresentados o termo de consentimento (ANEXO II) e a carta de informação à instituição (ANEXO III). Foram duas vias de cada documento, uma que permaneceu com o participante e a instituição, e as outras duas com a pesquisadora. Coletados os dados, foi realizada a análise, discutida junto ao orientador em busca de conclusões mais abrangentes, num estudo de caráter exploratório, no qual se trabalha os dados a partir da perspectiva da análise de conteúdo, que está sempre a procura de um texto que não está aparente na primeira leitura e que precisa de uma metodologia para ser desvendado (BARDIN, 1977).

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo de mensagens tem duas funções, que na prática se complementam. A primeira é heurística, pois a análise enriquece a tentativa

exploratória e aumenta a propensão à descoberta (é a análise de conteúdo para ‘ver o que dá’); e a segunda função que é de administração da prova, no qual hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servem de diretrizes, apelam para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação (é a análise de conteúdo para ‘servir de prova’).

6. ANÁLISE DOS DADOS

Foram realizadas entrevistas com 10 sujeitos, sendo 9 deles do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Apenas um dos sujeitos tem menos de 30 anos de idade; três deles estão na faixa de 20 a 30 anos; três estão na faixa de 30 a 50 e três possuem mais de 50 anos. Oito sujeitos entrevistados tem formação em psicologia, sendo que um deles está na área de psicologia jurídica. Também foi entrevistado um Conselheiro Tutelar, que é também educador social, e um pedagogo com especialização na questão de violência.

Quanto às funções de suas atividades, os sujeitos 3, 5 e 8 realizam atendimentos; os sujeitos 4, 6 e 9 administram e/ou coordenam o Serviço; já o sujeito 1 faz atendimentos, coordena, orienta e supervisiona a equipe; o sujeito 7 faz atendimentos e coordena; e por fim, o sujeito 10 faz atendimentos e supervisiona.

Em relação ao tempo em que trabalham no Serviço atual, três dos sujeitos trabalham até 1 ano; seis sujeitos trabalham de 10 a 20 anos; e apenas um deles trabalha há 41 anos nesta mesma instituição. Porém, o tempo de trabalho com a questão de violência aparece maior, sendo que de 3 a 6 anos trabalham três sujeitos; de 10 a 20 anos, seis sujeitos, e de 20 a 30 anos, um sujeito apenas.

Quase todos os participantes responderam que já atenderam, ou estão atendendo atualmente, casos em que o gênero masculino sofreu um abuso sexual provocado por uma mulher; apenas o sujeito 8 diz que já atendeu um caso de um grupo de meninas que abusaram sexualmente de outra menina, porém não se lembrou de nenhum caso que tivesse atendido, no qual a vítima era do gênero masculino. Dentre as possíveis autoras foram citadas, por cinco sujeitos, a mãe como sendo a principal, seguida por babás/cuidadoras, tias, avós e irmãs. Cinco sujeitos comentaram sobre os baixos números de casos recebidos pelos Serviços, de mulheres autoras de violência sexual. O sujeito 10 relatou que o baixo número acontece porque poucas mulheres são denunciadas quando comparadas aos homens.

O sujeito 10 diz que existem diversos casos de mulheres que abusam sexualmente, porém poucas são denunciadas, pois algumas relações erotizadas não são entendidas como abuso sexual. Diferentemente, o sujeito 2 acredita que ainda não se denuncie por vergonha de falar do abuso. No caso de garotos adolescentes, o sujeito 3 acredita que, nesta fase da adolescência, torna-se mais difícil delatar porque entra na questão de ser homem. O sujeito 4 por sua vez, acredita que adolescentes não denunciam porque não sabem identificar uma situação de abuso.

O abuso sexual específico em crianças existe há séculos, mais é difícil conseguir dados históricos por causa da natureza obscura do abuso sexual e do segredo que o rodeia. Uma percepção aumentada, juntamente com serviços melhorados de proteção às crianças e ao adolescente, permite que mais crianças e adultos sobreviventes revelem suas experiências de abuso sexual. Além disso, os recursos para combatê-lo, as taxas de detecção e as denúncias aumentam. Ainda que muito do abuso sexual em crianças permaneça oculto, é provável que seja menos oculto hoje do que no passado (SANDERSON, 2005).

Sobre os atendimentos com o gênero masculino que sofreram o abuso sexual, sete dos dez sujeitos entrevistados disseram que não muda nada o gênero da vítima na forma de atendimento. Oito deles relaram usar materiais lúdicos, como a caixa lúdica propriamente dita, as famílias colchetes e/ou sexuadas, recursos gráficos etc., conforme a necessidade específica de cada caso. Também conforme a necessidade, 4 dos sujeitos disseram fazer uso de testes psicológicos (HTP e TAT foram os testes citados) também, apenas, se houver alguma necessidade.

O sujeito 1 relatou sobre realizar um atendimento não direcionado para a situação de violência, enquanto o sujeito 4 enfatizou justamente esse foco na queixa, por ser um Serviço especializado exatamente em casos de violência. Ainda o sujeito 4, disse que o diferencial dos atendimentos do serviço no qual trabalha é o "olhar diferenciado" do profissional, que recebe capacitação para melhor atender os casos. A técnica do sujeito 8 diz respeito às entrevistas dirigidas e semi-dirigidas, nas quais são feitas geralmente em apenas um dia. Outra especificidade de Serviço foi relatada pelo sujeito 10, que contou sobre os atendimentos serem realizados com as famílias, ou seja, todos aqueles que estão envolvidos, de alguma forma, na denúncia do abuso sexual, e ainda, sendo um atendimento em saúde mental com referencial psicanalítico, faz uso de técnicas, por sua vez, psicanalíticas.

Geralmente, ao mesmo tempo em que há o atendimento nos Serviços às vítimas de abuso e exploração sexual, está sendo realizado também o processo no Judiciário. Segundo o sujeito 4, depois que aconteceu a denúncia de um abuso, a “vítima” também passa pelo Serviço Médico e pela Delegacia, posteriormente ainda, passa pelo Fórum, e conta que não existe um padrão na resposta do Judiciário, e que “infelizmente, vai depender do juiz”. Ainda o sujeito 4, comenta que o Código Penal é falho, porque “dá brechas”, citando que às vezes, alguns juízes sabem que o abuso sexual foi cometido, porém não tem provas para condenar o “abusador”. O sujeito 2 parece concordar no

que diz respeito às provas; ele comenta que o juiz precisa de uma prova, que às vezes, a única possível é a avaliação psicológica.

> "Mas também já vi juízes me falarem, "dá algo pra eu usar!", porque eles precisam de provas legais, então por que tem tantos casos de depressão entre juízes e tentativas de suicídio? É uma área que acontece muito, porque muitas vezes eles sabem que aconteceu, mas não podem se responsabilizar por isso, porque o código penal é falho, porque dá brechas, não tem a prova legal. Então tem um peso em liberar alguém, então é algo muito complicado. O juiz é o responsável pela maior carga do caso, e o judiciário tem muitos furos no código penal, por isso existem grandes números de juízes depressivos, ou então que tentam se matar, pois não conseguem prender aqueles que sabem que deveriam ser presos". (sic) - Sujeito 4

Houve uma discussão quanto às caraterísticas conversadoras por parte dos juízes; o sujeito 5 fala sobre a "Cultura do Delegado", por este ter uma visão machista a respeito dos casos. O sujeito 7 acredita que a atuação do judiciário é extremamente conservadora, e dessa forma, acha que o juiz pode acreditar que a mulher é muito mais culpada do que um homem, por ela ter o papel de cuidar, o que o leva a acreditar que o judiciário pode condenar com mais eficácia e mais rapidez uma mulher do que um homem.

O sujeito 9 acrescenta, de maneira esperançosa, que haja raros profissionais do judiciário inovadores, mas que a maioria ainda é conservadora.

> "Acho que não deveria ter diferença no olhar, com uma visão partida do preconceito né. Tenho a impressão de que eles devem se esforçar para não ter esse olhar, mas lá no seu intimo, acho que o modelo machista ainda perpassa. Olha, eu estou acreditando muito nessa mudança da justiça, porque tem uma safra muito nova de advogados, defensores, promotores, tão trazendo ideias tão novas no judiciário que estão trazendo muitas mudanças, criação da justiça restaurativa, depoimento sem danos, delegacias da mulher, uma série de coisas da mulher ter mais voz (...)". (sic) – Sujeito 9

Também de maneira mais positiva, o sujeito 10 diz que apesar de estar muito longe de uma mudança no aspecto machista da sociedade, muitas já começaram a acontecer, exemplificando os vários encaminhamentos realizados sem o judiciário esperar uma prova concreta, o que já pode ser considerado, ao seu modo de ver, uma mudança positiva. Outro exemplo que dá é sobre a existência

das recentes denúncias de mulheres por abuso sexual, ainda que seja difícil de uma mãe perder a guarda da criança, como acontece no caso de um homem abusar em que ele pode ser afastado da criança.

Quanto às questões que levam a pensar numa sociedade machista, o sujeito 1 acredita que num aspecto cultural, "uma mulher pode ir mais além, pois a mãe tem mais autorização para mexer no corpo do filho do que o pai no corpo da filha". Outro aspecto cultural é o caso de uma relação sexual no qual o menino é mais novo, e a mulher mais velha, não ser considerado um abuso sexual, e de acordo com o sujeito 4, até mesmo os próprios atores do Sistema de Garantia de Direitos como juízes, conselheiros tutelares etc., acharem que não é um "problema" para o menino, sendo até mesmo bom para o mesmo.

> "É legal, que tiveram dois casos simultâneos aqui, que entraram juntos; uma menina de 15 anos que mantinha um relacionamento com um homem de 30 anos e outro de um menino de 15 com uma mulher de 30. E os dois adolescentes falavam que queriam manter a relação porque estavam apaixonados, mas isso na realidade isso é abusivo. E no caso da menina o Conselho Tutelar fez o maior "bafafá", agora com o do menino, era igualzinho o caso, todo mundo falou que aquilo era bom, porque ele era menino, "mas ele é homem, qual o problema?". Se eles próprios não conseguem lidar com seus tabus, seus preconceitos, porque o que diz a lei? Foi muito complicado. Essa diferença vi por parte de todos... do Conselheiro Tutelar, promotor, juiz, e uma boa parte da rede falando "mas o menino quer", e daí, a menina também. Não viam o menino como vítima dessa relação, entram questões culturais aí né, na iniciação do homem na vida sexual. Porque eles não conseguiam denominar o porquê era diferente, só diziam que era. Acho que meninos que sofrem violência sexual, ainda mais por mulheres, ficam muito mais vulneráveis, porque, ainda criança pequena, agora um pouco maior, já vai pensar "mas qual o problema?"... a própria rede de profissionais acabaram falando isso". (sic) - Sujeito 4

Referendando o que já foi citado anteriormente sobre a dupla moral sexual de Freud (1908), verificou-se que ainda existe na cultura atual a diferença entre homens e mulheres no que diz respeito à sexualidade, na qual o homem é incentivado a ter relações sexuais, e em contrapartida, e

educação sexual da mulher gira em torno da repressão, isto é, da supressão dos instintos, como se vê na fala do sujeito acima.

Garotos adolescentes também correm risco de serem abusados sexualmente por mulheres mais velhas, ainda que isso não seja percebido como abuso, mas como uma iniciação na sexualidade adulta. Além disso, crenças sobre a sexualidade feminina, segundo as quais as mulheres são receptoras passivas em vez de iniciadoras ativas, impedem as pessoas de acreditarem que mulheres abusem sexualmente de crianças. A realidade é que as mulheres abusam de seu poder sobre as crianças e podem fazer isso de maneira sexual, sim (SANDERSON, 2005).

> "Teve um caso que eu atendi, sei lá, chega até a ser meio engraçado... que a mulher era uma adulta, pra lá de adulta né, a vítima, oficialmente no B.O. estava lá como vítima. Ela tinha trinta e poucos anos e vítima de um adolescente, mas era uma história tão tão fantasiosa que chamou a atenção. Porque eu conversava com o menino e ele era tipo assim, sabe assim, meio bobão... uma coisa bem que a sexualidade passa longe dali. Ele dizia que ele tinha sido vítima dela... interessante esse caso. E aí assim, porque ele trabalhava numa oficina de tapeçaria, uma coisa assim, e era vizinho dela ou de frente a casa dela, alguma coisa assim. Ela conta que o rapaz da tapeçaria pediu, e ela era costureira também, e aí o rapaz pediu pra ela dar uma olhada na máquina, porque ela estava com problema e ela entendia. E aí quando ela foi, essa rapaz, esse garoto estava a pouco tempo de ajudante. O dono falou pra moça "você já conhece aqui, então dá uma olhada aí que eu tenho que fazer um pagamento pra levar uma mercadoria", aí ele saiu e deixou os dois lá. E aí ela conta que ele veio com uma faca obrigando ela a deitar no sofá e aí ele diz o contrário, ele diz que ela que ficou seduzindo ele, e que aí ela foi foi foi, até que resolveu que não queria mais e aí ele ficou muito nervoso e falou "como não era aquilo?" e começaram a gritar, brigar... mas não sei, haviam contradições, da atitude dela. Mas eu te falei né, a gente não tá aqui pra investigar, isso é outra coisa. A impressão que foi repassada etc. foi de que o menino era inexperiente sexualmente e não parecia que era tão agressivo assim". (sic) – Sujeito 8

Adolescentes com frequência buscam sexo com pessoas mais velhas e eles o fazem por razões compreensíveis: uma pessoa mais velha as faz sentirem-se mais "sexies" e crescidas, protegidas e especiais; com frequência o sexo é melhor do que seria com um colega com pouca

habilidade como eles têm. Para alguns adolescentes, um romance com uma pessoa mais velha pode parecer mais uma salvação que uma vitimização (LEVINE, 2002 apud SALTER, 2009).

Já o sujeito 8 acredita que a cultura machista já até começou a mudar, mas não para todas as camadas sociais. O sujeito 5 e 6 concordam, dizendo que homens, por terem sido incentivados a terem relações sexuais mais cedo do que as mulheres, não consideram o ato sexual um abuso. Já o sujeito 7 não vê o homem como incentivado a ter relações mais cedo, mas acredita na questão de que "ele tem que ser homem", e é educado para ter esse poder (o poder do sexo), e no contexto conservador e machista, a mulher tem que servir, estando a disposição desse homem. O sujeito 8 também acredita que não haja essa noção de abuso, porque fica muito no imaginário o abuso sexual como algo muito agressivo: "essa coisa de tarado que pega na rua é uma coisa meio violenta do imaginário, porque tem mil situações que não deixa de ser abuso, e na verdade é só uma baita sedução (...) não precisa de violência física né?" (sic).

O sujeito 4 acredita que atualmente, tanto meninos quanto meninas iniciam sua vida sexual precocemente, mas acredita na questão cultural, pois relações sexuais são colocadas para os meninos como algo positivo e que engrandece.

> "Este estereótipo vem... aliás, tudo que envolve sexualidade, já começa por aí, já é cheio de estereótipos e preconceitos né, existe muito tabu em tudo que envolve o que é sexual". (sic) - Sujeito 4

O sujeito 7 diz que os homens estão no centro do poder, ou monetariamente, provedor ou aquela coisa da sedução, e que nesse contexto da cultura patriarcal, a mulher traz a questão de servir. Também contou que o homem normalmente utiliza essa questão de a mulher ser propriedade dele.

> "Tem aquele pai que foi abandonado pela mulher, tive um caso aqui gravíssimo gravíssimo. Ele tinha três filhos, uma de seis e dois meninos de dez e de doze. A mulher os abandonou, e ele pegava a menina, chamava os dois meninos, abusava da menina na frente dos meninos e dizia 'mulher a gente trata dessa forma'. Chegavam esses casos extremos para mim, imagina no contexto desses três homens, como essa mulher era enxergada, criança, uma menina". (sic) - Sujeito 7

O sujeito 9 acha que a questão da sexualidade é tão coberta nessa cultura do machismo, que perpassa pelos meninos uma cobrança de atitude dominadora, que deve tirar a virgindade das moças.

> "Eu estava no ônibus, e tinha quatro mães com quatro crianças, uma diz assim 'olha minha filha tá olhando pro seu filho', e a outra 'segura tua cabrita que o meu bode está solto', e o menino tinha um ano e meio. Olha o poder dele, o bode dele está solto, ele pode fazer o que ele quiser. A fragilidade da menina, ela tem que ser contida, não pode se manifestar. Acho que é uma questão de educação. Quando o cara levou o jovem, é pra ele ter experiência com sexo, torna ele forte, corajoso, eu entendo assim". (sic) – Sujeito 7

Quanto ao número de agressoras estar aumentando, 7 sujeito comentaram sobre a visibilidade de casos de mulheres autoras de abuso sexual seja menos visível, o que, nos últimos anos têm mudado, e aumentado. Estes sujeitos acreditam que não é o número de mulheres que está aumentando, e sim, a visibilidade maior, ainda que hajam casos "abafados" e que "não devem vir a tona", conforme os sujeitos 3 e 6 disseram.

> "Tenho certeza que não está aumentando o número de casos de abuso sexual com autoras, e sim a visibilidade está maior. Aí entra um lado positivo da mídia, que começa a abordar o assunto, por exemplo, não entrando no mérito do depoimento da Xuxa, mas o fato é que a partir do momento que ela, uma pessoa conhecida, famosa, trás essa situação, aumenta o número de denúncias. Esses casos aconteceram de um dia para o outro? Não, já vinha acontecendo, então aumentou mais de 200% o número de denúncias naquela semana. E não aconteceu 200% no dia seguinte, então essa visibilidade está fazendo com que surja mais notificações, fazendo com que a sociedade tenha um outro olhar para a questão". (sic) – Sujeito 4

Ao longo dos últimos anos, houve uma crescente percepção de abuso sexual de crianças por mulheres. Evidências de que as mulheres abusam sexualmente de crianças estiveram disponíveis nos últimos 30 anos, mas permaneceram bem escondidas, por causa de estereótipos criados em relação à sexualidade feminina e à idealização das mulheres fornecedoras de cuidado e de alimentação. A visão que se tem das mulheres como não agressoras sexuais dificulta a crença de que elas possam praticar o abuso sexual. Tradicionalmente, as mulheres têm sido vistas como as recebedoras passivas nos encontros sexuais, e não como agressoras sexuais. Além disso, algumas pessoas consideram difícil compreender de maneira precisa como as mulheres poderiam abusar sexualmente. Pesquisas mostram que as mulheres abusadoras de crianças cometem vários tipos de atos sexuais, que incluem tocar os genitais, forçar a criança a sugar-lhes os seios ou as genitálias,

masturbação mútua forçada, penetração da vagina ou do ânus da criança com objetos e o coito propriamente dito. Por vezes o abuso sexual é acompanhado de espancamento física da criança (ELLIOTT, 1993 apud SANDERSON, 2005).

O sujeito 9 acredita que a sociedade como um todo tem um consenso de que é "esperado" um homem abusar, porém quando é uma mãe abusadora é tão impossível, foge de todos os padrões, por causa daquela imagem da mãe que cuida. Isto pode acontecer pois, de acordo com Sanderson (2005), essas diferenças nos abusos sexuais entre homens e mulheres abusadores sexuais de crianças pode ser resultado de diferenças na socialização dos sexos. Tradicionalmente, os homens são encorajados a revidar ou a externar quaisquer agressões perpetradas contra eles, enquanto as mulheres são encorajadas a ignorar ou internalizar quaisquer atos de agressão. Embora isso seja menos específico hoje em dia, ainda é possível encontrar exemplos dessa situação. Se uma criança bate em um garotinho, ele pode ser instruído a "voltar lá e bater nela também". Em contraste, as meninas são encorajadas a sentar ao lado do pai e instruídas a "se afastar de crianças 'ruins' assim". Esse comportamento, se reforçado, pode de certa forma explicar as diferenças, associadas ao sexo, em que o abuso e o trauma de infância são revidados pelos homens ou ignorados pelas mulheres. Portanto, homens abusados podem seguir perpetrando a violência e o abuso sexual, enquanto as mulheres relatam mais problemas de saúde mental, tais como depressão e automutilação (SANDERSON, 2005).

Os dados atuais indicam que as meninas correm mais risco de abuso sexual do que os meninos, porém esses números talvez não reflitam de maneira precisa a realidade do abuso sexual em crianças, em decorrência do preconceito nas denúncias. Pode ser mais difícil para os meninos revelarem o abuso sexual, visto que eles são mais estigmatizados ou porque se sentem mais constrangidos em revelá-lo. O fato de existir o estereótipo dos homens como os iniciadores do contato sexual dificulta aos meninos falarem sobre sua experiência como vítimas de abuso. Este pode levar os meninos a se sentirem mais confusos quanto a sua sexualidade, tornando mais difícil a revelação em uma cultura homofóbica. Culturas que promovem a independência e insistem no estoicismo nos homens podem impedir ainda mais os meninos de revelar o abuso sexual (SANDERSON, 2005).

Diferenças de sexo na socialização das crianças podem representar um importante papel na maneira pela qual os homens interpretam o abuso sexual e lidam com ele. Em geral, meninos são desencorajados a falar sobre seus sentimentos e ensinados a agir com estoicismo e "aguentar a

parada como um homem". Essas mensagens podem gerar vergonha e constrangimento em meninos que foram abusados sexualmente impedindo-os de falar sobre essa experiência. A diferença do sexo na denúncia indica que o abuso sexual de meninos permanece "obscuro" (SANDERSON, 2005).

Os sujeitos 4, 5 e 9 acreditam que o menino possa ficar numa situação mais vulnerável do que a menina; o sujeito 10 acredita que não é questão de ser mais vulnerável, e sim, de o menino estar numa situação "especialmente" vulnerável. Já o sujeito 6 acredita que tanto a menina como o menino ficam vulneráveis igualmente.

O sujeito 4 argumentou que o menino fica mais vulnerável pois quando a mulher abusa é ainda mais difícil a comprovação (a não ser que haja a penetração), porém completa dizendo que se o menino for um pouco mais velho, vai pensar "mas qual o problema?", postura que até mesmo a rede de profissionais acaba adotando. O sujeito 9 também falou da denúncia ser mais difícil no caso de um menino, ele diz que se este sofreu abuso por um homem, além de ter que revelar um assunto sobre a sexualidade, terá que dizer sobre ter sido um homem, e portanto mexerá com sua masculinidade, pois o chamarão de homossexual. Se o abuso for por uma mulher, também poderá ser visto como homossexual, pois o homem é ensinado a procurar e a "topar" qualquer relação, então mais uma vez o estigma recai sobre ele. Já o sujeito 6 diz que o trauma está mesmo na questão da confiança, então sendo o autor homem ou mulher, o aspecto principal está nas promessas feitas por alguém em quem se depositava tanta confiança.

Numa pesquisa de Pires Filho (2011), se tratando de sentimento experienciados pelos meninos vítimas de abuso sexual, ele concluiu que, em especial, meninos demonstram maior inibição em falarem do abuso sofrido, porque eles sentem bastante envergonhados e constrangidos. Eles tendem a esconder o fato, existindo, por parte de alguns, uma resistência em reconhecerem o ato como abusivo, e em sua maioria, apresentem preocupação e medo da descriminalização, como também, receio da estigmatização social,

Genericamente, os comportamentos mais observados foram a agressividade e a exacerbação da sexualidade. Esta última leva, muitas vezes, esses meninos à busca da reprodução da atividade sexual e/ou colocando-as em uma situação de um novo abuso. Nesse aspecto, as consequências, na área sexual, outras reações relevantes identificadas são: o medo da homossexualidade, confusão e dúvidas, no tocante a sua orientação sexual, identificados, em especial, nas crianças com idade acima de sete anos. Esse conflito, com a sexualidade, muitas vezes, é agravado pela própria família, ao levantar as mesmas dúvidas e/ou insinuar, de forma negativa, os seus trejeitos. Em sua grande

maioria, os meninos apresentam uma "inconstância de comportamento": partem do "retraimento" para a "agressão", na medida em que são confrontados e lhe são colocadas algumas situações de estresse. As dificuldades de aprendizagem e os problemas escolares também são apontados (PIRES FILHO, 2011).

Na dimensão afetiva, foram descritos os sentimentos experienciados pelos meninos, em relação a si próprios, ao ato abusivo, ao perpetrador do abuso, à família e aos amigos. Em relação a si próprio, o sentimento mais evidenciado foi o de baixa autoestima, repercutindo na autonomia e na capacidade de criar e aprender. Em seguida foram descritos: vergonha, tristeza e o medo, sob vários aspectos, conforme evidenciados no subtema comportamentos observados. Em alguns meninos foi observado o nojo de si próprios. Em sua grande maioria, a partir da conscientização da agressão sofrida, emergem a revolta e a culpa por não terem reagido. Também, foi relatada a culpa provocada pela própria família, ao responsabilizá-lo pelo ato abusivo, pela revelação e afastamento do perpetrador da família (PIRES FILHO, 2011).

Em relação aos amigos, as relações interpessoais tornam-se confusas. Para a maioria dos meninos que vê uma noção de que a experiência vivenciada é uma atividade condenável, socialmente, emergem sentimento de estranheza, vergonha, medo das pessoas e da estigmatização. Comumente, consideram-se diferentes, buscam isolamento, evitam ficar em grupos e o estabelecimento de uma maior aproximação com as pessoas (PIRES FILHO, 2011).

> *"Psicologicamente falando se lida da mesma maneira com meninos e adolescentes homens que foram abusados por uma pessoa do sexo masculino, independente de por quem a vitima foi abusada, é igual o procedimento, eu acho que questões do tipo masculinidade têm de ser trabalhadas, é uma questão comum de surgir. É um medo de que aquilo que ele fez comigo, faça com que eu queira só aquilo" (sic) - Sujeito 2*

Foi constatado que os sentimentos negativos são mais evidenciados nos meninos que reúnem maior capacidade cognitiva, porque propicia a tomada de consciência do discurso social e experienciar o fato como uma atividade condenável, socialmente. Por sua vez, os meninos mais novos (em geral até sete anos de idade), que ainda não atentam para o julgamento social, transitam e se posicionam, diante dos amigos, de uma forma natural (PIRES FILHO, 2011).

> "Porque se for pensar no biológico, que mulher foi feita para ser caça e o homem para ser caçador, e quando esse homem está nessa posição

> de caça, mexe com a virilidade, a masculinidade dele". (sic) - Sujeito 4

Sobre as peculiaridades do abuso sexual contra meninos, foi evidenciado que a diferença básica se encontra nas preocupações dos meninos acerca da sua orientação sexual, muitas vezes reforçada pela própria família, ao demonstrar a mesma ansiedade (PIRES FILHO, 2011).

Voltando na questão da confiança, o sujeito 2 falou que é nela que o choque está mais presente: "Choca ver que a pessoa era da família, que estava na casa há anos (...) não ia imaginar que estava abusando". Ele diz ser este o choque, porém os sujeitos 1 e 10 acreditam que haja um choque por saber se é a mãe quem abusou de uma criança. O sujeito 10 até diz que acredita que não seja algo consciente, sendo a figura da mãe muito protegida: "o cara fez isso, mas as mulheres têm que proteger". Ele conta um dado interessante de quando a criança é abusada por um homem, mas acaba ficando com mais raiva ainda da mãe, por não proteger a criança do abuso. Algumas crianças mostram ter mais raiva da mãe do que de outra pessoa do sexo masculino denunciada. A raiva é enorme, pela não proteção, não olhar, não afeito, e não pelo abuso em si.

Não tanto um choque, mas um estranhamento pela figura da mãe como abusadora, o sujeito 6 diz que causa muito mais estranhamento no profissional quando sabe que foi uma mulher que violentou, por causa do imaginário.

> "Acham que mulher não abusa, porque acham que abuso sexual é só com penetração, começa por aí né, o senso comum de abuso sexual é penetração. Às vezes tem casos gravíssimos aqui que só não teve penetração. Teve uma mãe aqui que falou "ainda vem que não conseguiram abusar do meu filho, graças a Deus não abusaram", mas teve de tudo, sexo oral, teve carícia, teve ejaculação, teve tudo. Quando não se tem penetração falam "ele tentou abusar". No caso da mulher, que ela nunca vai ter a penetração então não é abuso, não tem vítima né". (sic) - Sujeito 4

Quando mulheres estão envolvidas no abuso sexual de crianças, as pessoas reagem com horror e descrença, pois estas não imaginam que aquelas possam, como de fato o fazem, abusar de crianças ou explorá-las sexualmente (SANDERSON, 2005).

Em termos de motivações que levam uma mulher a abusar sexualmente, 5 sujeitos acreditam que não haja variação em relação ao sexo do abusador, e apenas o sujeito 4 acredita que as motivações sejam diferentes, citando como mais comuns: poder, desejo, meio social em que se está inserido, fator transgeracional, reprodução da violência, sadismo, patologia etc., sem levar em conta

a questão do álcool, pois acredita que este seja apenas um desinibidor de algum sentimento/desejo que já estava ali.

> *"Acredita-se que para chegar ao ponto de um abuso sexual, é porque havia muitas coisas mais acontecendo de ruim naquela família, com aquela mulher". (sic) - Sujeito 3*

Por que agressores abusam de crianças? Há um subgrupo de abusadores de crianças que fazem isso porque são atraídos por elas. Há aqueles que comentem abuso porque são antissociais ou mesmo psicóticos e simplesmente sentem que têm o direito. Há ainda outros que usam a criança para obter uma intimidade, que são tímidos ou deficientes demais para obter de adultos. E há outros que abusam por razões que não entendemos de forma alguma (SALTER, 2009).

Cinco sujeitos também acreditam que a pessoa ter sido abusada sexualmente poderá vir a abusar no futuro. O sujeito 2 diz que as mulheres, diferentemente dos homens, escolhem alguém mais próximo, de confiança e acredita que deva ser um comportamento mais crônico: "não dá para ser como num estupro que o cara vai lá e é tudo muito rápido, é diferente". O sujeito 8 diz que ela também pode ter um desejo de vingança, inconsciente, enquanto que o sujeito 5 acredita que o homem violenta mais por sua própria criação, de ser "o dominador". O sujeito 10 fala que dentro do contexto familiar, com o qual trabalha, o relacionamento sexual é um sintoma de uma família incestuosa, pois os limites que deveriam ser colocados não aconteceram realmente. Esta fala se aproxima do que fala o sujeito 4 sobre a relação de uma mãe com um menino, que pela sua experiência, parece mais incestuosa.

Mulheres agressoras sexuais parecem diferentes dos homens agressores que continuam aparecendo nas publicações especializadas de pesquisa, e elas não se encaixam de maneira exata na tipologia dos agressores sexuais masculinos. Primeiro, um dos maiores grupos é o grupo que abusa de crianças abaixo de seis anos, primariamente as suas próprias. Muitas dessas mães parecem fundidas com seus filhos e incapazes de funcionar como uma figura materna (SALTER, 2009).

> "Ela mantinha uma relação simbiótica com seus dois filhos, dormindo junto e dando banho, até mesmo quando as crianças já haviam crescido e tinham condições de tomar banho sozinhas". (sic) - Sujeito 4

Williams e Finkelhor (1990) apud Sanderson (2005) fizeram um estudo com 118 pais incestuosos que abusaram sexualmente das filhas. Segue os diferentes tipos de pais incestuosos e suas motivações para o abuso sexual:

- Os sexualmente preocupados: Têm um interesse sexual obsessivo pelos filhos, às vezes desde o nascimento. Muitos dos abusadores nesse grupo foram abusados sexualmente na infância.
- Os que regridem à adolescência: Só se tornam interessados por seus filhos quando esses entram na puberdade. Para esses pais incestuosos, o foco concentrou-se na mudança corporal da criança, quando ela entrou na puberdade e se tornou mais "adulta".
- Os que buscam um instrumento de autossatisfação: A motivação desses pais parece ser de autossatisfação, e seus filhos são meramente um veículo ou receptáculo para alcançá-la.
- Os emocionalmente dependentes: Pelo fato de se considerarem incompetentes, eles se voltavam para seus filhos para "relacionamentos emocionalmente dependentes estritos e exclusivos", que ligam não à sexualidade dos filhos, mas à necessidade de uma relacionamento íntimo. A motivação é primariamente, a proximidade, a companhia e a amizade que se tornavam sexualizadas.
- Os vingativos raivosos: Raiva da filha, por exigir a atenção e o tempo todo da mãe, ou raiva da mãe, por não ser atenciosa com ele.

Apesar de não ser frequente, existem casos nos quais mulheres abusam sexualmente de homens maduros. De acordo com o site *Mirror News*, com a notícia de maio de 2012: ""It was hell, I can't walk!" Man found sobbing in street after 36-hour sex ordeal with German nymphomaniac", um homem foi encontrado pela polícia chorando nas ruas de Munique, na Alemanha, depois de uma noite de sexo. Policias encontraram o homem do lado de fora do apartamento da mulher e, exausto após 36 horas de sexo, teria dito: "Eu a conheci em um ônibus. Ela me convidou para vir aqui. Oh, Deus, foi um inferno. Eu não posso andar. Por favor, me ajude" (tradução nossa). A mulher foi levada sob custódia e liberada mais tarde. O homem disse que abriria um processo por coerção sexual e privação de liberdade contra ela.

As principais características de mulheres abusadoras de crianças são: baixa autoestima, sentimentos de inadequação e vulnerabilidade; infância perturbada; falta de cuidados na infância; necessidade de cuidado e controle; casamento precoce; criança e abusadora de idades próximas; experiência de solidão, isolamento e separação dos outros; mulher só ou com parceiro frequentemente ausente; necessidade de obter gratificação da criança, como substituição; relacionamentos abusivos e negativos com companheiros do sexo masculino; histórico de atividade sexual compulsiva ou indiscriminada; graves distúrbios psicológicos ou doença mental; vício em

álcool ou em drogas; tratamento de crianças como uma extensão de si mesma; relacionamentos insatisfatórios e parasitários com crianças; quando criança, não era desejada ou era do sexo errado; a mulher pode estar "fixada" na sua relação com sua progenitora (SANDERSON, 2005).

Um estudo feito por Faller, em 1987, identificou cinco categorias distintas de abusadoras sexuais de crianças: a abusadora pollincestuosa, a mãe solteira abusadora, a abusadora psicótica, a abusadora adolescente e a abusadora que não tem a guarda da criança. Metade dessa amostra clínica de 40 mulheres sofreu problemas psicológicos, incluindo retardamento mental e psicose. Além disso, mais da metade teve problemas com dependência de álcool ou de drogas, enquanto três quartos abusaram dos filhos de outras maneiras junto com o abuso sexual (SANDERSON, 2005).

- 1) Abusadora poliincestuosa- Essa era a maior categoria, representada por 72,5% da amostra. A característica principal era a mulher coagida ou forçada a uma violência sexual por um companheiro dominador do sexo masculino. A mulher raramente instigava o abuso sexual ou agia sozinha por sua própria vontade. No caso de vítimas múltiplas, ambos os companheiros praticavam o abuso.
- 2) Mãe solteira abusadora- Apenas 15% da amostra eram mãe solteiras que não estavam mantendo um relacionamento amoroso constante. Com frequência, a mãe desenvolvia um relacionamento forte com a criança mais velha, que assumia responsabilidades adultas e era vista como um parceiro substituto.
- 3) Abusadora psicótica- Somente 7,5% das mulheres foram diagnosticadas com alguma doença psicótica na época do abuso sexual. Isso indicaria que apenas uma pequena proporção de mulheres abusadoras de crianças sofre de graves problemas de saúde mental.
- 4) Abusadora adolescente- Adolescentes do sexo feminino representavam 7,5% da amostra. Constatou-se que essas jovens enfrentavam problemas no relacionamento com os colegas e amigos e não tinham nenhuma outra forma de escape sexual a não ser abusar de crianças.
- 5) Abusadora que não tem a guarda da criança- Havia apenas uma mulher na amostra dessa categoria. Ela não vivia com a criança mais teria abusado sexualmente dela durante as visitas de acesso, talvez para satisfazer necessidades emocionais decorrentes do fato de ter se separado do companheiro.

Um estudo posterior realizado por Matthews et. al., em 1991, que abrange 16 abusadoras, constatou que 15 tinham histórico de abuso sexual na infância. As características mais comuns dessas mulheres eram experiências de solidão na infância, alienação e poucas oportunidades de

desenvolver habilidades interpessoais, o que fazia com que se sentissem deslocadas socialmente. Apesar de essa amostra ser pequena, os pesquisadores puderam identificar quatro categorias de mulheres abusadoras de crianças:

- 1) A professora/amante- Envolve principalmente a mulher adulta mais velha engajada em um relacionamento sexual com um garoto pré-púbere ou adolescente, o qual ela encara como seu igual. Essa categoria de mulher abusadora sexual é tida como uma forma primária de iniciação dos garotos na sexualidade. Na maioria das vezes, essas experiências de iniciação surgem na literatura e em filmes, como "A primeira noite de um homem". Esse tema de garotos que são iniciados em sua experiência sexual é visto como inócuo e representativo das fantasias de todos os meninos. Porém, esse tipo de relacionamento é geralmente não consensual por causa do desequilíbrio de poder, o qual a mulher abusadora explora. Em vez de o motivo ser a iniciação ao sexo, a mulher pode estar exteriorizando uma raiva intensa e reprimida dos homens adultos. Como essa raiva não pode ser expressa de maneira segura para esses homens, a mulher escolhe alguém mais jovem, um adolescente, como alvo seguro. Dessa maneira, reprimir a hostilidade e a violência contra homens adultos pode dar suporte a essa forma de abuso em crianças culturalmente "aceitável" e de aparência inócua.
- 2) A agressora cuja predisposição ao abuso é de caráter intergeracional- Foi a maior amostra, todas as mulheres dessa categoria iniciaram o abuso sexual em crianças, muitas vezes, em seus próprios filhos. Comumente, agressoras predispostas têm uma longa história de abuso sexual em crianças precoce, grave e persistente dentro na família. Ainda que o motivo aparente para abusar sexualmente dos próprios filhos seja a satisfação de necessidades emocionais por meio de uma intimidade não ameaçadora, o ato poderia inconscientemente representar uma maneira de descarregar a própria história de abuso sexual nos filhos. Constatou-se que essas mulheres abusadoras em geral tinham como alvo os próprios filhos.
- 3) As mulheres coagidas por homens- São as mulheres coagidas a atacar sexualmente os filhos por um companheiro dominador, com um histórico de violência sexual contra crianças. Em geral, essas mulheres são muito dependentes e incapazes de se afirmar em relação aos companheiros, que também podem estar abusando sexualmente delas. As crianças visadas por esse tipo de abusadora eram tanto aquelas que pertenciam à família

como outras de fora. Embora essas mulheres fossem, no inicio, coagidas a essa tipo de atividade com crianças, Matthews (1993) descobriu que 44% delas continuavam praticando abuso sexual sem a presença do companheiro.

- 4) A experimentadora-exploradora- Esta categoria esteve a maior parte associada a garotas adolescentes relativamente ingênuas quanto a sexo e que buscavam ter uma experiência sexual com uma criança mais nova. Essas garotas com frequência abusavam sexualmente de crianças de quem estavam tomando conta ou sendo babás. O abuso sexual era visto como resultado do desejo de querer ter uma experiência sexual com crianças mais novas, na falta de relacionamentos com companheiros de sua idade.

Uma tipologia similar foi desenvolvida por Saradjian (1996) apud Sanderson (2005), que isolou cinco categorias de mulheres abusadoras de crianças em sua análise de 50 abusadoras sexuais. Mulheres que: escolhem crianças pré-púberes; escolhem crianças adolescentes; são coagidas por homens a praticar violência sexual; praticam violência sexual com outras mulheres ou homens; e estão envolvidas com grupos de abuso ritual.

O que se torna claro a partir desses estudos é que há diferentes motivações e razões pelas quais as mulheres abusam sexualmente de crianças. Os pontos comuns a todos os três estudos são mulheres coagidas ou forçadas a abusar sexualmente dos filhos, as que escolhem primariamente crianças adolescentes e as que abusam sexualmente como resultado da própria história de abuso (SANDERSON, 2005).

Com todas características específicas do abuso sexual cometido por mulher, o sujeito 3 acredita que seja importante uma diferença, também no atendimento das autoras do abuso, porque acredita que, por si só, o "Universo Feminino" já é considerado mais complexo, e conta que deva ser diferente, por entrar em questões de maior comprometimento, relacionadas a patologias, prostituição e uso de drogas, por exemplo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietação para a realização deste estudo partiu da minha própria curiosidade sobre as diferenças de gênero. Como sempre existiu também um grande interesse na área de violência sexual, juntaram-se então os dois temas, o que mobilizou ainda mais dúvidas a respeito das diferenças quando um abuso sexual é cometido por um homem ou por uma mulher. Daí surge também, o questionamento em relação a quem sofre a violência sexual, como são e se existem diferenças a respeito de sentimentos, e até mesmo procedimentos em relação a estes casos.

Fui tecendo uma contextualização que fundamentasse as questões que buscava compreender, por ser um assunto relacionado as particularidades de gênero, que ainda hoje têm muitos aspectos que podem ser considerados tabus. Ao tematizar questões e reflexões a cerca da sexualidade, pude verificar a repressão em que se encontra a sociedade atualmente apesar de discursos citarem uma "liberdade sexual". Ainda vivemos num modelo social machista, no qual a sexualidade é reprimida e há um dupla moral sexual, no qual homens são incentivados a terem relações sexuais, enquanto as mulheres devem ser interditadas.

O tema abordado suscitou nos sujeitos entrevistados grande interesse e curiosidade, por eles próprios contarem sobre a escassez de biografia específica e a falta que esta faz no trabalho. Este é um aspecto que dificulta até mesmo os atendimentos ou encaminhamentos de casos, por exemplo. Alguns sujeitos citaram a falta de embasamento teórico que possa dar maior confiança no momento em que casos como estes aparecem, além de que muitos sujeitos também contaram que estão aumentando o número de denúncias, e, portanto, de atendimentos específicos de violência sexual em que a mulher é a autora.

Acredito que pelo assunto ser extremamente atual, tenha mobilizado todos os envolvidos na realização deste trabalho. O tema abordado é de grande importância, por estarem crescendo o número de demandas para estes casos em específico.

Com a realização deste trabalho também foi possível constatar a escassez de literatura que trata do abuso sexual, especialmente o praticado contra o gênero masculino, e mais ainda, quando a autora do abuso é uma mulher. Esta foi a maior dificuldade ao longo do processo, além de possuir limites de tempo para a realização de cada etapa deste trabalho.

O tempo se torna inimigo na medida em que pressiona a busca pelos materiais, suas leituras e as realizações das entrevistas, aspecto que diz respeito a todos os sujeitos entrevistados

envolvidos. Com um tempo mais extenso até poderia ser feita uma maior quantidade de entrevistas, para entrar nas particularidades de outros tipos de atendimentos, porém não foi possível, uma vez que este trabalho tem duração de um ano letivo, no qual sua apresentação no final do ano é imprescindível para a conclusão do curso de psicologia da UPM.

Um aspecto muito positivo deste trabalho foi a possibilidade de experienciar um pouco do cuidado que alguns profissionais tem em relação a questão da violência sexual. Foi muito importante conhecer excelentes profissionais, que além de terem me possibilitado o conhecimento em relação ao tema, me despertaram um novo olhar a respeito destas questões que considero tão delicadas.

Espero que toda a pesquisa sirva também como material de reflexão, e até mesmo incentivo, para novas pesquisas sobre o tema estudado, por ser de grande importância ressaltar tais especificidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. **Educação após Auschwitz**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. In: Educação e emancipação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W. Los tabus sexuales y el derecho hoy. **Intervenciones** – nueve modelos de crítica. Caracas: Monte Avila Editores, 1969. p. 91-115.

ARAÚJO, M.F. **Violência e abuso sexual na família**. Psicologia em estudo, v. 7, n. 2, pp. 03-11, Jul/Dez, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977. 230 p.

BOURDIEU. Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO et. al. (2009). Capítulo V: Violência contra homens. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf. Acesso em: 28 mar. 2012.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREUD, S. (1908) Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. IX**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GOBBETTI, G. J. **Incesto e Saúde Mental**: Uma Compreensão Psicanalítica sobre a dinâmica das famílias incestuosas. 2000. 111 f. Tese (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GOBBETTI, G. J. **Quebra de Sigilo:** Difícil de ser reconhecido, o abuso sexual praticado por mulheres vem à tona. São Paulo: 2010.

"It was hell, I can't walk!" Man found sobbing in street after 36-hour sex ordeal with German nymphomaniac (2012). Disponível em: http://www.mirror.co.uk/news/world-news/man-found-sobbing-in-street-after-813563 Acesso em: 15 ago. 2012.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização:** uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MARTINS, Simone. **A mulher junto às criminologias**: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. Fractal: Revista de Psicologia, v. 21, p. 01, 2009.

PIRES FILHO, M.F. **Abuso Sexual em Meninos** – A violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições. Curitiba: Juruá, 2011.

REICH, Wilhelm. **A Revolução Sexual**. 8 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SALTER, A. C. **Predadores:** pedófilos, estupradores e outros agressores sexuais, São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2009.

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em Crianças.** São Paulo: M.Books do Brasil, São Paulo, 2005.

SOUZA, E. R. **Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde**. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 59-70, 2005.

Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo: enfrentamento e crítica / José Leon Crochik, Aline Mossmann Fernandes, organizadores.– Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2011.

Vítimas de abuso sexual do sexo masculino têm mais dificuldade de lidar com o trauma (2011). Disponível em: http://www.adjorisc.com.br/jornais/jornaldepomerode/noticias/ultimas-noticias/vitimas-de-abuso-sexual-do-sexo-masculino-tem-mais-dificuldade-de-lidar-com-o-trauma-1.412931?print=true Acesso em: 15 mar.2012.

ANEXO I - Roteiro de Entrevista

1) Iniciais:

2) Sexo:

3) Idade:

4) Profissão:

5) Descrição da sua função:

6) Quanto tempo trabalha na instituição?

7) Quanto tempo trabalha com a questão de violência?

8) Já atendeu casos de abuso sexual no qual a agressora era do sexo feminino e a vítima do masculino?

- Se não, você já teve algum contato, ou já ouviu falar? O que acha disso?

- Se sim, como são os atendimentos com as agressoras?

9) Quem é o responsável por atender estes casos?

10) Em relação a um agressor sexual do gênero masculino, há alguma diferença no modo de atender as agressoras?

11) Há alguma diferença no procedimento dos casos? Como são os instrumentos, avaliações e entrevistas?

12) Qual a resposta do judiciário nos casos?

12) Você acredita que homens, por terem sido incentivados a terem relações sexuais mais cedo do que as mulheres, não considerem o ato um abuso sexual?

13) Ao que você atribui o fato de haverem casos de abuso sexual provocado por mulheres?

14) Você gostaria de contar um caso?

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

ANEXO II

CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO DE PESQUISA

O presente trabalho se propõe contribuir para os estudos sobre o gênero feminino na posição de agressor, enquanto que o gênero masculino, no papel de vítima.

Os dados para o estudo serão coletados por meio de uma entrevista, que será composta por um roteiro de itens, podendo ser adicionados itens durante a mesma. Com o consentimento dos colaboradores, a entrevista será áudio gravada, para que posteriormente, possa ser transcrita para que seja então, seja analisada.

Os dados coletados serão utilizados no Trabalho de Conclusão de Curso no curso de Psicologia para finalizar o ensino de graduação, de modo a contribuir para um maior conhecimento do tema abordado. A pesquisa pode causar danos mínimos aos sujeitos, por ser tratar do contato e exposição de experiências particulares, e se houver constrangimento será cancelada no ato da aplicação da entrevista. Aos colaboradores cabe o direito de desistirem da participação a qualquer momento, sem prejuízo algum. Este material será analisado, garantindo-se sigilo. Os colaboradores também têm o direito de acessar os resultados finais da pesquisa, se assim desejarem.

_____ _____

Assinatura do pesquisador Prof. Dr. Marcelo Moreira Neumann

Universidade Presbiteriana Mackenzie
Telefone para contato: (11) 2114-8451

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Senhor (a) _____, colaborador (a) de pesquisa, após a leitura da CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO DA PESQUISA, ciente dos procedimentos aos quais será submetido, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma não ter sido obrigado e ter concordado em colaborar com a pesquisa proposta. Fica claro que o colaborador da pesquisa pode, a qualquer momento, deixar de participar do estudo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

Autoriza a gravação do áudio na entrevista?
□ Sim □ Não

São Paulo, ___ de _____ de _____ .

_____

Assinatura do colaborador (a)

ANEXO III

CARTA DE INFORMAÇÃO À INSTITUIÇÃO

O presente projeto tem como finalidade realizar um estudo sobre mulheres que abusam sexualmente do gênero masculino na cidade de São Paulo. Os dados para o estudo serão coletados através da aplicação de um roteiro de entrevista. Este material será posteriormente analisado e será garantido sigilo absoluto sobre as questões respondidas, sendo possível, se solicitado, o envio dos resultados após o término do trabalho. A divulgação da pesquisa terá finalidade acadêmica, esperando contribuir para um maior conhecimento do tema estudado. Para tal solicitamos a autorização desta instituição para a aplicação do roteiro de entrevista, sendo que nenhum indivíduo será obrigado a participar, podendo desistir a qualquer momento. Quaisquer dúvidas que existirem, agora ou depois, poderão ser livremente esclarecidas, bastando entrar em contato conosco.

_____ _____

Assinatura do pesquisador Prof. Dr. Marcelo Moreira Neumann

Universidade Presbiteriana Mackenzie
Telefone para contato: (11) 2114-8451

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o(a) senhor (a) _____, representante da instituição, após a leitura da Carta de Informação à Instituição, ciente dos procedimentos propostos, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância quanto à realização da pesquisa. Fica claro que a instituição, através de seu representante legal, pode, a qualquer momento, retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

São Paulo, ___ de _____ de _____.

_____

Assinatura do representante da instituição